

NOTÍCIAS SOBRE A ÁFRICA
REPRESENTAÇÕES DO CONTINENTE AFRICANO
NA REVISTA VEJA (1991-2006)*

*Anderson Ribeiro Oliva***

Leciono a disciplina História da África há meia década. Como um dos exercícios introdutórios, nos primeiros encontros do semestre, peço aos estudantes que descrevam ou citem as cinco principais imagens que eles guardam em suas memórias sobre o continente africano. As respostas são muito parecidas e, apesar das freqüentes exceções, se aproximam daquilo que vários especialistas apontam como sendo o imaginário coletivo ou o conjunto comum de estereótipos e notícias circulantes sobre a África:¹ as cenas do tráfico e da escravidão, os confli-

* Este trabalho contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Esta é uma versão parcial de capítulo da minha Tese de Doutorado: “Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-2005)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, em setembro de 2007.

** Doutor em História Social pela Universidade de Brasília e Professor de História da África da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

¹ Ver Kabengele Munanga, “África: trinta anos de processo de independência”, *Revista da USP*, n° 18 (fev./ago. 1993), p. 102, e Valdemir Zamparoni, “A África, os africanos e a identidade brasileira”, in Selma Pantoja e Maria José Rocha (orgs.), *Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da educação básica* (Brasília, DP Comunicações, 2004), p. 41; Alfredo Margarido, “Tarzan: Paradigma da branquização da África”, in Isabel Castro Henriques (org.), *Novas Relações com África: que perspectivas?* - Actas do III Congresso de Estudos Africanos do Mundo Ibérico (Lisboa, Vulgata, 2003), pp. 105-21, e idem, “La Vision de l’Autre” (Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1984); e Katérina Stenou, *Images de L’Autre: La différence du mythe au préjugé*, Paris, SEUIL; Editions Unesco, 1998.

tos e as guerras, as epidemias e a fome, a miséria, a desorganização generalizada e a natureza exótica. Nas aulas seguintes, meu esforço, comunicado pelos jovens historiadores, é de identificar os marcos de origem, as continuidades e as transformações sofridas pelas representações formuladas sobre os africanos ao longo dos séculos, e que, de alguma forma, explicam essas “coincidências” na forma de olhar e pensar a África.

Acredito que tais imagens não fiquem restritas aos bancos universitários e que, de fato, lembrando também as positivas exceções, compõem os cenários mentais de grande parte dos brasileiros, quando o assunto em pauta é o continente que divide nossa fronteira pelo Atlântico Sul. Assim sendo, e partindo da premissa de que iremos trabalhar com o que se denomina de imaginário coletivo sobre a África, podemos afirmar com alguma segurança que, independente de termos formação superior ou não, sermos professores ou estudantes, nossa postura mental referente à África é influenciada pelos desconhecimentos, pelos estereótipos e pelos tecidos históricos relacionais, compartilhados com a África e construídos em um longo, médio ou curto espaço de tempo. Neste caso, seria justo observar o papel desempenhado pela imprensa escrita na formulação e na perpetuação desse conjunto de imagens, seja acerca de um certo tema/objeto – a África – ou das referências que carregamos sobre heterogêneos e multifacetados grupos de pessoas – os africanos.

A intenção do presente artigo é, de algum modo, contribuir para a sistematização ou materialização de parte dessas imagens que circulam no imaginário contemporâneo brasileiro sobre o continente africano. Sabemos das inconsistências e das profundas limitações da iniciativa, mesmo assim, parece-nos ser um caminho valioso para algumas apreciações acerca da temática. Nosso foco de observação concentrou-se sobre uma das principais revistas de circulação semanal no país, a revista *Veja*, nos números publicados entre os anos de 1991 e 2006. Todas as peças jornalísticas que dedicavam sua temática principal aos acontecimentos transcorridos na África foram catalogadas, classificadas e analisadas. Tentamos, assim, identificar os principais assuntos e acontecimentos veiculados sobre o continente. Apresentamos aqui um dos resultados dessa tarefa. No entanto, antes de mergulharmos nas páginas de *Veja*, voltemos rapidamente nossas atenções para o papel

ocupado pela África nas relações atlânticas, tecidas nas últimas décadas com o Brasil.

O lugar da África no imaginário contemporâneo brasileiro: entre silêncios e reinvenções

Após trezentos anos de intensas dinâmicas, a segunda metade do século XIX e a primeira do XX formaram um espaço de fluxo limitado para as comunicações pelo Atlântico Sul, a não ser por alguns poucos e concentrados ruídos.² Assim, mesmo com algumas poucas vozes e olhares que insistiam em cruzar o Atlântico, o Brasil esteve de costas para a África e a memória coletiva de grande parte de nossa população, em relação àquele continente, ficou refém de algumas poucas imagens, muitos estereótipos e diversas simplificações.

É certo que as relações África-Brasil, vivenciadas anteriormente, não se desintegraram por todo. Mesmo separados pelas novas ordenações na economia e na política mundiais, ou, ainda, pelas diversas trajetórias vivenciadas por seus conjuntos societários desde o século XIX, podemos afirmar que elementos histórico-culturais em comum fizeram com que brasileiros e africanos – principalmente da África Ocidental e Central – preservassem níveis e formas diversas de diálogo até os dias de hoje. No entanto, e seguindo a perspectiva apresentada por Alberto da Costa e Silva, podemos afirmar que, para o período citado, a palavra mais apropriada para delinear essa relação tenha sido de fato, “esquecimento”.³

No entanto, a partir de meados do século XX, uma nova ponte – marcada por uma estrutura frágil e inconsistente – começou a ser construída entre esses dois espaços atlânticos. Contudo, a retomada das re-

² Sobre a questão, ver os seguintes trabalhos: Valdemir Zamparoni, “A situação atual dos estudos africanos no Brasil”, in *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África* (Lisboa, Linopazas, 1995), p. 516; José Flávio Sombra Saraiva, “África, Brasil e Portugal: vinculação Histórica e Construções Discursivas”, in *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África* (Lisboa, Linopazas, 1995), pp. 127-30, e *ibidem*, *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*, Brasília, EdUnB, 1997.

³ Alberto da Costa e Silva, “O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX”, *Estudos Avançados*, nº 8 (21) (1994), pp. 21-42.

lações no avançar dos anos não ocorreu de forma homogênea e crescente. Teve bons e maus momentos, avanços e retrocessos. De fato, somente a partir da década de 1960 é que o Brasil voltou seus olhares para a outra margem do Atlântico Sul – “olhares sonolentos”, como bem lembrou José Sombra Saraiva – marcados, quase sempre, pela busca de interesses estratégicos, seja no campo da economia ou da política internacional.⁴ Tal perspectiva, com maiores ou menores fluxos, pôde ser encontrada também nas décadas seguintes.

Se nos anos 60 as ações se limitaram, basicamente, às esferas da diplomacia, na década seguinte, os acordos e os contatos comerciais, a questão energética do petróleo, associadas à continuidade dos diálogos no campo da política externa, passaram a determinar os ritmos relacionais pelo Atlântico Sul.⁵

Também a partir dos anos 1970, como lembra Valdemir Zamparoni, “ressurgiu – na onda das lutas pelas independências africanas – o movimento da Consciência Negra e o crescente interesse em se conhecer a África”. Uma série de encontros, cursos e seminários ocorreram na tentativa de nutrir mentes e almas com informações acerca da “revolução africana”.⁶ Além da criação do MNU (Movimento Negro Unificado), em 1978, a segunda metade da década de 70 e boa parte dos anos 80 presenciaram a formação de um crescente número de associações culturais e movimentos sociais negros organizados, que buscavam recriar e divulgar a imagem de uma África mítica, autônoma, bela e relevante. Para o pesquisador Jacques d’Adesky, o Movimento Negro no Brasil, em sua trajetória recente, encarnou três vertentes diferenciadas: o combate ao racismo, as tentativas de melhorar a inserção ou permitir a ascensão socioeconômica dos afro-descendentes, e a reconstrução ou a reinvenção das identidades afro-brasileiras.⁷

⁴ José Flávio Sombra Saraiva, “Olhares Transatlânticos: África e Brasil no mundo contemporâneo”, *Humanidades*, n° 47 (nov. 1999), p. 19.

⁵ Ver, além do trabalho de José Flávio Sombra Saraiva, citado acima, o texto de Ivo de Santana, “Relações econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano”, *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n° 3 (set./dez. 2003), pp. 543-5.

⁶ Valdemir Zamparoni, “A situação atual dos estudos africanos no Brasil”, p. 521.

⁷ Jacques D’Adesky, *Pluralismo Étnico e multiculturalismo: Racismo e Anti-Racismos no Brasil*, Rio de Janeiro, Pallas, 2001, pp. 157-60.

No entanto, os movimentos sociais negros participaram do resgate e da reinvenção de uma África que passou a ser confundida com o espaço mítico de origem, gerando imagens que ficaram, muitas vezes, marcadas por uma forte carga ideológica.

(...) esta também é uma imagem a-histórica, onde o continente e seus povos são colocados num freezer, onde a cultura se inscreve num tempo mítico, que se repete, onde não há criação, nem história. Esta imagem mitificada da África tem dado lugar a usos e abusos. Não raro se encontra neste discurso a apologia de imperadores e impérios africanos, esquecendo-se de mencionar que eram [sic] sobre outros africanos que imperavam. Do mesmo modo cria-se a idéia da existência de um “povo africano” e por ilação de uma identidade única para o “povo negro”.⁸

Nos anos 1980, houve um novo afastamento intencional das margens do Atlântico Sul, principalmente nos campos econômico e político. As intenções e as estratégicas vislumbradas na década de 70 e no início da de 80 cederam lugar aos impactos da crise econômica brasileira e africana na chamada “década perdida”. Mais do que isso, o sonho africano de reconstrução, crescimento e organização pós-ocupação colonial começou a ruir, diante das próprias dinâmicas internas do continente e do seu não-lugar na economia mundial do final do século XX.

Na década seguinte, a formação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), na esfera das ações culturais, talvez tenha servido para incentivar uma dinamização de outras permutas, como nas atividades de cooperação e na economia. Já o século XXI trouxe, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, um revirar, pelo menos alardeado com alguma ênfase, das intenções políticas brasileiras em relação à África. Segundo Sombra Saraiva, a “nova” política brasileira poderia justificar-se, entre outros fatores, pela “vocação universalista em política exterior do Brasil”, pela existência de uma “dívida histórica com a África a demandar uma política específica, pública e legitimada pela sociedade brasileira” – argumento empregado abertamente pelo presidente Lula em

⁸ Valdemir Zamparoni, “A África, os africanos e a identidade brasileira”, in Selma Pantoja e Maria José Rocha (orgs.), *Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da educação básica* (Brasília, DP Comunicações, 2004), p. 41.

algumas de suas viagens pela África⁹ – e pelo desenhar de um novo papel brasileiro no campo da política internacional, aparecendo como figura de destaque no Eixo Sul-Sul de Cooperação, na reformulação do Conselho de Segurança da ONU e na elaboração de um espaço de conexões econômicas alternativas. Pelo lado africano, há uma aparente “vontade em dialogar com o Brasil”, a partir da “formação da União Africana” e da NEPAD¹⁰ (*New Partnership for Africa’s Development*).¹¹

Neste mesmo período, os meios de comunicação social começaram a ser bombardeados por imagens dos “flagelos” africanos das guerras civis, da fome e das epidemias.¹² As ondas de fome na Etiópia, na década de 80, a longa guerra civil angolana, os golpes de Estado sucessivos em algumas partes do continente, o fim do *apartheid*, as epidemias de AIDS e a malária, o descontrole governamental, a desorganização geral e a corrupção, os massacres de Serra Leoa e os genocídios em Ruanda e no Sudão ganharam frequentemente destaque nas páginas de jornais e revistas, ou nas telas da televisão. Essas projeções imagéticas sobre os africanos em nada ajudavam a reformatação das imagens elaboradas sobre a África e presentes no imaginário coletivo brasileiro.

Não podemos esquecer ainda que, pelo menos nos últimos trinta anos, de um grupo reduzido de especialistas, assistimos, aos poucos, à formação de um diversificado e qualificado grupo de pesquisadores dedicados às temáticas africanas. Mesmo assim, parece-nos certo que a idéia e as referências sobre a África foram ficando distantes da memória e dos olhares de grande parte dos brasileiros. Nem as apropriações e as reinvenções no campo da religiosidade, da musicalidade e das estéticas de matrizes africanas e das novas identidades afro-brasileiras foram

⁹ Ver, por exemplo, a cobertura da imprensa brasileira às declarações emocionadas do presidente em sua passagem pela ilha senegalesa de Gorée, em abril de 2004, nas quais Lula pedia, literalmente, perdão aos africanos e afirmava que o Brasil possuía uma dívida para com eles (*Correio Braziliense*, 15/04/2004). Ver também ensaio do historiador Luiz Felipe de Alencastro acerca do tema na revista *Veja*, de 05 de novembro de 2003.

¹⁰ José Flávio Sombra Saraiva, “Política exterior do Governo Lula: o desafio africano”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, n° 45 (2) (2002), pp. 12-9.

¹¹ *A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* foi criada pela União Africana, em 2001, e possui objetivos voltados para o desenvolvimento econômico do continente, para busca da estabilidade política e de melhorias sociais.

¹² Kabengele Munanga, “África: trinta anos de processo de independência”, p. 102.

suficientes para internalizar no imaginário coletivo brasileiro a idéia de que o continente africano é um dos eixos centrais para o entendimento da trajetória histórica brasileira. Na balança que permite a visualização dos componentes que participam da formação do imaginário coletivo brasileiro acerca dos africanos, a imprensa – escrita e televisiva – contribuiu, e ainda contribui, de forma decisiva, para a veiculação e a vinculação da África às imagens das tragédias e dos conflitos. Já no outro peso dessa balança, na escola,¹³ pouco tem sido feito para se de-sarticular ou desconstruir esse imaginário.¹⁴

A partir desse contexto, seria interessante perguntarmos que imagens os brasileiros carregam sobre a África e suas populações. De acordo com Valdemir Zamparoni, as respostas possíveis a essa questão não destoam muito umas das outras:

exótica, terra selvagem, como selvagem são os animais e pessoas que nela habitam: miseráveis, desumanos, que se destroem em sucessivas guerras fratricidas, seres irracionais em meio aos quais assolam doenças devastadoras. Enfim, desumana.¹⁵

Essas parecem ser as mais fortes imagens acerca da África, circulantes no imaginário coletivo brasileiro do tempo presente. A elas se associava toda a carga negativa da escravidão, do racismo e do desconhecimento da História da África.

Sendo assim, concentremo-nos agora na tentativa de identificar e analisar as representações e as imagens fabricadas no Brasil acerca da África e dos africanos, a partir da observação das abordagens feitas sobre aquele continente pela revista *Veja*.

¹³ Pelo menos com o processo de universalização da oferta do ensino fundamental, que obteve seus índices mais elevados de matrículas nos últimos dez anos.

¹⁴ Mais do que um inversor de imagens e conhecimentos – pelo menos por enquanto, e apesar das múltiplas e valiosas iniciativas empreitadas – a lei n. 10.639/03 sinaliza para um silêncio inquietante, até então existente, em relação à abordagem da história africana nos bancos escolares brasileiros.

¹⁵ Zamparoni, “A África, os africanos e a identidade brasileira”, p. 40.

Entre imaginários e notícias

Para evitar interpretações apressadas, seremos claros: temos consciência de que os fatos noticiados pela revista *Veja*, entre 1991 e 2006, não explicam ou dimensionam todas as perspectivas imaginárias elaboradas acerca do continente e muito menos refletem os heterogêneos olhares lançados sobre os africanos e sobre suas realidades, ou seja, não tomamos as peças jornalísticas, aqui selecionadas, como símbolos absolutos dos olhares dirigidos ao continente ou como retratos verdadeiros de uma realidade. Muito menos reduzimos todo um complexo e diferenciado conjunto de representações às idéias e às imagens geradas sobre a África a partir de algumas das reportagens aqui observadas, até porque, entre elas, encontramos visões discordantes. De acordo com a historiadora Márcia Coelho Flausino, “longe de se constituir em espelho do real, a notícia, resultado da linha de produção jornalística, acaba por informar de uma maneira específica”,¹⁶ ou seja, ela não passa de uma tentativa de reconstruir os eventos em foco.

No entanto, para nossa perspectiva de abordagem, elas servem como ponto de apoio para a apresentação de uma argumentação mais ampla em torno da questão e são, sem sombra de dúvidas, reflexos de uma mentalidade, espectros de elementos que herdamos e internalizamos sem muitos questionamentos, sombras que dificultam o entendimento ou que influenciam nossas leituras acerca das características e das realidades das populações que ocupam a outra margem desse espelho atlântico. Segundo Flausino,

O discurso jornalístico, instituído para retratar a atualidade, está inevitavelmente atrelado ao cotidiano e, conseqüentemente, à produção frenética de novidades consumíveis de acordo com a ideologia e o estágio das sociedades em que é realizado.¹⁷

O exercício agora iniciado não deve ser visto, portanto, como algo que ele não se propõe a ser. Nosso esforço, nas próximas páginas, e, conseqüentemente, o esforço dos leitores são o de recortar paisagens do

¹⁶ Márcia Coelho Flausino, “A voz rouca das manchetes: como *Veja* mostrou os Sem-Terra em suas capas”, in Cléria Botelho da Costa e Maria Salete Kern Machado (orgs.), *Imaginário e História* (Brasília, Paralelo 15; São Paulo, Marco Zero, 1999), p. 41.

¹⁷ Flausino, “A voz rouca das manchetes”, p. 37.

imaginário brasileiro contemporâneo acerca da África. As peças expostas a seguir foram selecionadas a partir de uma varredura nas edições da revista *Veja*, publicadas do início da década de 1990 até os meados da primeira década do século XXI. Os motivos que nos levaram a escolher essa revista são simples e, talvez por isso, um tanto arbitrários, mas acreditamos ter seguido a melhor direção: na área das revistas de notícias semanais, ela representa um dos expoentes editoriais de grande circulação nacional. É claro que a tiragem por edição é significativamente inferior ao número total da população brasileira e, muitas vezes, suas trilhas editoriais divergem das encontradas em outros veículos de imprensa. Mesmo assim, ela serve como uma espécie de espelho de alguns valores e referências dessa sociedade. De fato, suas reportagens não ocupam o lugar daquilo que chamamos imaginário coletivo, mas são, muito provavelmente, reflexos dele, ao mesmo tempo em que o auto-alimentam.

Flausino defende a perspectiva de que o imaginário coletivo deva ser entendido como “algo partilhado nas relações sociais”, independente de origens de classe, de gênero ou de qualquer outro tipo, sendo fruto das tentativas de se estabelecer uma ordenação do mundo, na qual “o homem faz a si mesmo e a sua própria história, além de produzir as crenças, os mitos e as ilusões”.¹⁸

Longe de ser apenas um acessório das relações sociais, o imaginário é uma força coletiva, um elemento fundamental da consciência, um poder mediante o qual produzimos representações globais da sociedade e de todo aquele que nela se relaciona, mas é também, principalmente, um fator de inserção da atividade imaginante individual em um fenômeno coletivo. (...) Assim, o imaginário coletivo na produção da notícia é utilizado com o objetivo de mobilizar e de evocar imagens já previamente criadas, publicizadas, utilizando o simbólico para exprimir-se e para existir. É preciso destacar, ainda, que nesse exercício diário, os *mass media* pressupõem a capacidade tanto de assimilação de símbolos pela audiência como desta imaginar a partir de símbolos engendrados. É uma interferência, ou pelo menos uma tentativa de interferir na constituição, na modificação e na manutenção do imaginário social.¹⁹

¹⁸ Ibidem, p. 44.

¹⁹ Ibidem, pp. 42-3.

Dessa forma, diariamente, excluindo um seletivo grupo de pessoas que observam a África a partir das noções do relativismo cultural ou da identidade compartilhada, e que, mesmo assim, representam visões parcelares e conscientes da precariedade e da exterioridade desse conhecimento, existe uma clara tendência em sintetizarmos e relacionarmos as imagens dos africanos com as veiculadas pela Comunicação Social. Para a pesquisadora portuguesa Isabel Ferin Cunha, a Comunicação Social “tanto pode contribuir para o reforço de estereótipos e de processos discriminatórios, como concorrer para a construção de um sentimento de pertença e de partilha a uma comunidade nacional”.²⁰ Assim, a escolha da *agenda* de notícias dos meios de comunicação se encontra condicionada, para além das influências políticas, comerciais, estilísticas, contextuais e ideológicas, por um conjunto instrumental de formas de ver e reproduzir leituras dirigidas sobre certos grupos, membros pertencentes ou excluídos de uma sociedade, de indivíduos estranhos ou próximos a ela.²¹

Se, por um lado, a mídia reflete algumas partes homogêneas desse mosaico de figuras que compõem o imaginário social, espelhando os espaços de intercessão de referências e os conceitos das representações fabricadas sobre determinado tema, não podemos esquecer o fato de que esse mesmo imaginário é, muitas vezes, um reservatório heterogêneo de categorias circulantes. As minorias ou grupos considerados excluídos também podem veicular suas interpretações e posturas perante o circuito de eventos que integram o cotidiano. Mas, parece-nos inegável que, quando tratamos da imprensa construída para atingir um grande público e com forte caráter comercial, suas ferramentas de convencimento acabam por reproduzir imagens já esperadas pelo público leitor, em um movimento de concordância e sedimentação de crenças e olhares, ou seja, em um duplo sentido, os *mass media* refletem e projetam as representações recorrentes de um grupo sobre um determinado objeto ou assunto, ao mesmo tempo em que se confundem com o próprio imaginário coletivo, revelando os mecanismos de invenção da memória coletiva.²²

²⁰ Isabel Ferin Cunha et al., *Media, Imigração e Minorias Étnicas* (Porto, Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas), 2004, p. 26.

²¹ *Ibidem*, p. 28.

²² Ver Jacques Le Goff, *História e Memória*, Campinas, Editora da Unicamp, 1994, p. 426.

A África nas páginas de *Veja*

Apontamos, anteriormente, que as mais recorrentes representações da África e dos africanos, no imaginário brasileiro contemporâneo, se encontravam impregnadas por uma grelha de estereótipos, simplificações e categorias, muitas vezes preconceituosas ou enganosas. Assim, o continente aparece, na memória coletiva ou nas imagens mentais dos brasileiros, associado a alguns conjuntos de representações. Em um primeiro plano, ganham destaque as lembranças dos bancos escolares e dos ecos que nos chegam do passado e que associam os africanos à escravidão e ao tráfico de escravos. Ainda dessa relação física/material com a África herdou-se outro grupo de ingredientes, que compõem o grande acervo da cultura e da identidade afro-brasileira. Num segundo conjunto de referências imagéticas, os africanos são associados à inferioridade, à desorganização, à preguiça, à violência, aos conflitos, à miséria e às doenças. Seria justo perguntarmos se as notícias que circulam semanalmente, ou melhor, de tempos em tempos, sobre o continente africano, na imprensa brasileira, se confundem com essas representações ou se recebem outro tratamento.

Se a nossa resposta não pode ser estendida a todos os órgãos e aos vários tipos de imprensa ou dos *mass media* no Brasil, ela se torna reveladora, pelo menos quando pensamos as formas ou as referências emprestadas aos africanos nas manchetes e nas matérias de *Veja*. Apesar de encontrarmos um número variado de temas e abordagens, e apesar de não desconsiderarmos o aspecto técnico e a qualidade profissional dos jornalistas e dos especialistas consultados, em um olhar panorâmico, os dados apontam para uma concentração das matérias em torno de alguns assuntos associados aos dois conjuntos de imagens acima mencionados.

Ao todo, no período que se estende entre os anos de 1991 e 2006, foram encontradas, em 114 edições da revista, abordagens que dedicavam enfoque central à África. Nesse caso, as reportagens, as entrevistas, as notas de opinião e as notas informativas integralizaram 136 peças jornalísticas para análise. Como apenas duas revistas reservaram aos fatos noticiados o papel de destaque na capa – o que não deixa de ser também um dado interessante para reflexão – optamos por realizar uma leitura dirigida sobre outro elemento: a abordagem qualitativa e

quantitativa das temáticas apresentadas pelas peças jornalísticas. Por isso, dedicaremos espaço à observação dos conteúdos dos textos de algumas dessas peças, pensadas aqui como espelhos ou reflexos das representações construídas sobre a África e os africanos pela revista *Veja*.

No que concerne à classificação das 136 peças jornalísticas, por estilos ou formatos, percebe-se uma clara predominância das reportagens – são 103, ou 75% do total. Já as notas informativas, para as quais a revista reservava uma nomenclatura diferenciada – como “notas internacionais”, “datas” e “cartas” – somaram 24 presenças (18% do total). As notas de opinião chegaram a um total de 5 (4%). E, por fim, as entrevistas somaram 4 casos (3%).

Foi possível localizar também uma significativa quantidade de objetos ou eventos tratados por essas matérias. Essa pluralidade, a princípio, poderia ser destacada como um aspecto positivo, se a mesma evitasse uma concentração das abordagens em apenas alguns determinados temas. Em parte isso ocorreu. No entanto, percebeu-se, ao mesmo tempo, uma grande convergência entres os assuntos abordados pela maioria das peças jornalísticas com os temas que são mais frequentados pelo imaginário coletivo dos brasileiros. Na busca de uma classificação mais específica dessas peças, dividimo-las por categorias temáticas, nas quais os fatos tratados foram associados e identificados pela idéia ou pela imagem principal transmitida.

As “Leituras negativas” sobre o continente somaram 62,5% das matérias, ou seja, 85 das 136 peças publicadas, sendo distribuídas nas seguintes categorias: “Guerras, Massacres e Violência”, 30 peças (22% do total); “*Apartheid*, Racismo e pós-*apartheid*”, 29 peças (21%); “Tragédias, Fome e Doenças”, 22 peças (16%); “Africanos vistos como tribais/canibais/primitivos”, 4 peças (3%). Porém, não podemos deixar de destacar algumas abordagens mais equilibradas sobre o continente africano, ou, pelo menos, com um nível de contaminação menor pelo imaginário ocidental e seus estereótipos sobre a África. Esse conjunto de matérias, que podemos denominar como “Leituras positivas ou neutras”, soma 37,5% (51 peças) do total de reportagens, entrevistas e notas analisadas, sendo classificadas nas seguintes categorias: “Turismo, Esportes, Natureza”, 20 peças (15%); “Literatura, Cinema, Fotografia

Revista *Veja* (1991-2006)

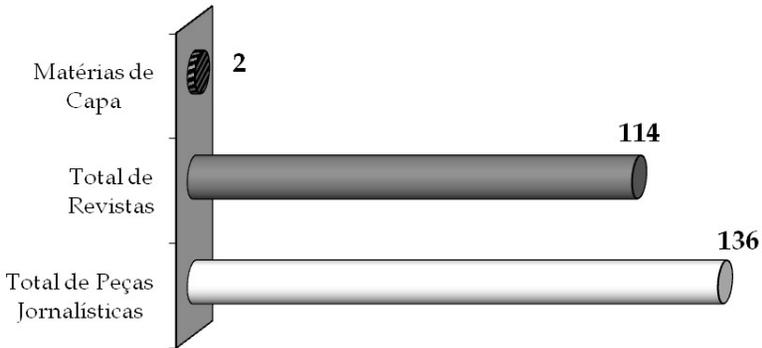


Gráfico 1

Fonte: Anderson Oliva, "Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-2005)", (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2007), p. 163.

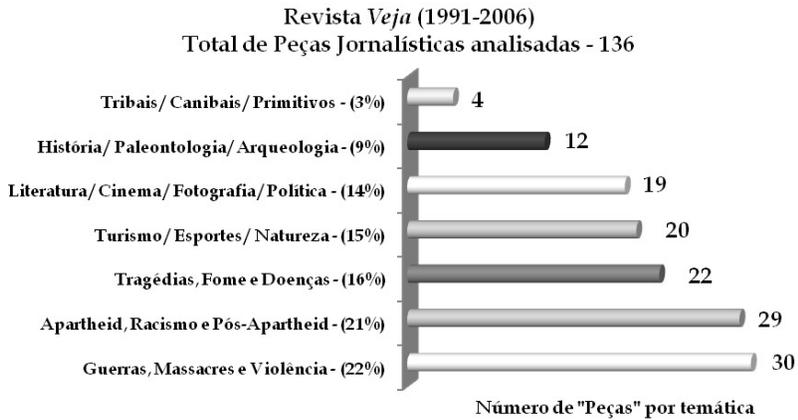


Gráfico 2

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor.

e Política”, 19 peças (14%); e “História, Paleontologia e Arqueologia”, 12 peças (9%). Seleccionamos para análise, neste artigo, algumas categorias integrantes de ambos os grupos de matérias.

As “Leituras Negativas” sobre o continente africano A África submersa pelas “Guerras, Massacres e Violência”

O maior grupo temático encontrado em *Veja* foi o que reservava sua atenção às “Guerras, Massacres e Violência”, abordando os conflitos das mais diversas naturezas ocorridos por todo o continente. Ao todo, foram 30 presenças (22% do total). Devido ao largo recorte cronológico eleito para nossa análise – pelo menos quando observado a partir da dimensão temporal, comum aos fatos jornalísticos, de ocorrência diária ou semanal – puderam-se localizar notícias ligadas aos mais diversos eventos ocorridos nos últimos 15 anos. Assim, os frequentes golpes de Estado e as guerras civis²³ – como na República Democrática do Congo, na República do Congo, em Serra Leoa, na Guiné-Bissau, em Angola e na Somália (entre outros) – os conflitos entre grupos étnicos, religiosos, políticos ou organizados pelos interesses econômicos²⁴ – na Argélia, na Nigéria, na Libéria e em Angola – a violência urbana – como na África do Sul do pós-*apartheid* – os massacres e as atrocidades²⁵ – como os praticados em Serra Leoa – e os genocídios²⁶ – em Ruanda e no Sudão – receberam uma atenção destacada da revista *Veja*.

Não percebemos nenhum tipo de inconveniente na tentativa de noticiar, denunciar aos leitores ou de alertá-los quanto aos atos de ex-

²³ Entre outras reportagens, ver José Eduardo Barella, “A guerra do fim do mundo”, *Veja*, n° 1684 (24 de janeiro de 2001); Lizia Bydlowski, “Convulsão Coletiva”, *Veja*, n° 1500 (18 de junho de 1997) e “De golpe em golpe”, *Veja*, n° 1518 (22 de outubro de 1997); Cristiano Dias, “Um país aos pedaços”, *Veja*, n° 1649 (17 de maio de 2000); Eliana Simonetti, “África em chamas”, *Veja*, n° 1644 (12 de abril de 2000).

²⁴ Consultar, como exemplos, as seguintes reportagens: “Conflito Sangrento”, *Veja*, n° 1718 (19 de setembro de 2001); “Pedras Malditas”, *Veja*, n° 1622 (3 de novembro de 1999); “Matança sem fim”, *Veja*, n° 1681 (27 de dezembro de 2000); “O país das cabeças cortadas”, *Veja*, n° 1528 (7 de janeiro de 1998); “Um grito de socorro”, *Veja*, n° 1813 (30 de julho de 2003).

²⁵ Ver a seguinte matéria: “Monstro na Cadeia”, *Veja*, n° 1650 (24 de maio de 2000).

²⁶ Ver, entre outras, as seguintes reportagens: “Deixados a sós com os assassinos”, *Veja*, n° 1885 (22 de dezembro de 2004) e “Tragédia conhecida”, *Veja*, n° 1543 (22 de abril de 1998); Diogo Mainardi, “Brasil, cúmplice de um crime”, *Veja*, n° 1865 (4 de agosto de 2004).

trema violência – classificados assim tanto pelos olhares ocidentais como pelos africanos²⁷ – protagonizados em meio a esses dramáticos eventos. Eles ocorreram e sacrificaram milhares de vidas. Neste caso, o maior incômodo se encontra na abordagem muitas vezes apelativa desses acontecimentos, perceptível na construção dos títulos de algumas peças jornalísticas, nas explicações ou nos comentários apresentados pelos jornalistas ou na veiculação de fortes imagens das violências praticadas.

Excluindo este último tópico, pois as imagens são realmente fortes, independente do ângulo de observação, a construção dos argumentos fica marcada por alguns estereótipos. Entre estes, os desconhecimentos dos contextos históricos africanos e o emprego, em grande quantidade, de elementos retirados de uma leitura generalizante e simplificadora das realidades africanas, acabaram por construir e refletir algumas das figuras imaginárias e dos estereótipos mais recorrentes formuladas sobre a África contemporânea: o suposto estado incontido de violência e de atrocidades, que seria inerente aos africanos.

Tais ingredientes podem ser percebidos na esmagadora maioria dos textos desse grupo temático. Porém, como exemplos mais emblemáticos de tais leituras, e devido ao extenso número das mesmas, destacaremos apenas alguns dos casos noticiados. Vejamos, inicialmente, como o genocídio de Ruanda ganhou destaque nas páginas da revista brasileira.

Nas duas reportagens que enfocaram os eventos dramáticos daqueles meses de 1994, em Ruanda, percebemos a dificuldade em dimensionar a extensão dos acontecimentos, classificados hoje como genocídio, mas, na época, descritos como chacinas ou massacres. Ao

²⁷ De acordo com Achille Mbembe, “como já foi demonstrado em outros lugares, em várias regiões do Continente a desconstrução material das referências territoriais existentes caminha lado a lado com o surgimento de economias de guerra (e da guerra como uma economia geral), nas quais violentos conflitos não mais implicam necessariamente em que aqueles que têm armas se opõem uns aos outros. Muitos conflitos parecem mais ser entre os que têm armas e os que não as têm. Nestes contextos, uma marcante desconexão entre as pessoas e as coisas se desenvolve, em que o valor das coisas se sobrepõe ao valor das pessoas. As formas resultantes de violência têm como sua principal meta a destruição física das pessoas (massacres de civis, genocídios, vários tipos de mutilação e morte) e a exploração primária dos recursos minerais”; ver Achille Mbembe, “As formas africanas de auto-inscrição”, *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n° 1 (2001), p. 195.

mesmo tempo, observamos a iniciativa de atribuir as causas do ocorrido às rivalidades políticas entre “tribos” ou grupos étnicos inimigos, sinalizando também para as influências das ações coloniais como um de seus elementos de origem. É evidente que, devido ao “calor dos acontecimentos” e às dificuldades de se saber o que ocorria naquela região em “tempo real”, era esperado um olhar limitado de *Veja* sobre o assunto. Ainda neste sentido, não podemos deixar de mencionar o fato de que, em algumas passagens, os autores das reportagens apontavam para os caminhos terríveis que os fatos tomariam, além de criticarem a inoperância da ONU perante os eventos iniciados em abril de 1994.²⁸

As chamadas das matérias de *Veja* espelham claramente essas posturas, tanto na edição nº 1335, “Tragédia africana”, a que forneceu as primeiras notícias dos eventos, como na edição publicada cinco semanas depois, nº 1340, “Os campos da morte de Ruanda”, já com maiores detalhes acerca do que lá estava ocorrendo. De fato, são títulos “sugestivos” sobre o assunto. Pensadas em separado, sem aplicarmos sobre elas uma visão panorâmica, parecem estar dimensionadas dentro de um perfil comum dos *mass media* sobre o tratamento concedido aos fatos. Ao mesmo tempo, os títulos dessas matérias são reflexos da principal linha editorial assumida por *Veja* em relação à África.

Na primeira edição citada, publicada em 13 de abril de 1994, as referências do texto concentram-se mais na questão política do conflito, apontando para a ação da Frente Patriótica Ruandesa e o assassinato dos presidentes de Ruanda e do Burundi como elementos que acionaram o estopim de “matanças”.²⁹ No entanto, a conclusão da matéria já revelava a existência de um olhar condicionado sobre o continente, marcado por ingredientes continuamente repetidos. Tanto em Ruanda como no Burundi, vizinhos de fronteiras indistintas no coração da África, as etnias tutsi e hutu engalfinham-se numa luta pelo poder que repete, em escala assustadora, os descaminhos de tantas nações africanas – guerra tribal, anarquia, miséria e morte.³⁰

²⁸ “Os campos da morte em Ruanda”, *Veja*, nº 1340 (18 de maio de 1994), pp. 32-5.

²⁹ “Tragédia africana”, *Veja*, nº 1335 (13 de abril de 1994), p. 43.

³⁰ *Ibidem*.

Já na edição número 1340, de 18 de maio de 1994, a explicação das motivações do conflito é transferida para uma esfera próxima da anterior, mas tipicamente citada como um instrumento de desprestígio e caos, que recaem sobre o continente. Assim, das questões políticas, as origens de mais uma “tragédia africana” transitam para os “conflitos tribais”, revelando alguns indícios do olhar previamente construído sobre a África, marcado pelas cicatrizes dos estereótipos e das generalizações. A mesma perspectiva depreciativa ou catastrófica acerca dos eventos noticiados parece ter contaminado outras matérias classificadas nesse grupo. A idéia mais recorrente é a de que o continente desempenharia uma condição atípica de potencializador das atrocidades cometidas pela humanidade e das expressões mais aviltantes da “barbárie”. Tão ou mais grave ainda é o fato de que esses ingredientes aparecem como componentes naturais, como se fizessem parte das características essenciais de suas populações. De dentro dessa perspectiva, Ruanda, um “infeliz pedaço de terra na África Central”, ter-se-ia tornado o próprio inferno na Terra.

O inferno atende pelo rótulo de guerra tribal. Vivem em Ruanda dois povos, os hutus, que são majoritários (85% da população), e a minoria formada pelos tutsis ou watusis (como a cantora brasileira). No momento os primeiros estão matando os segundos em proporções nunca vistas nas várias etapas da guerra civil que já engolfou esse infeliz pedaço de terra na África Central.³¹

Essa é também uma marca evidente, por exemplo, nas edições de *Veja*, que cobriram os massacres ocorridos durante os conflitos pelo poder em Serra Leoa, entre os anos de 1999 e 2000. Se for certo que os acontecimentos eram chocantes, pelo teor de violência reproduzido, certo também é que despertaram nos jornalistas uma espécie de antagonismo ou descrédito total em relação ao continente, refletidos pela repetição inquietante das supostas características mais marcantes da África, a partir de seus referenciais ocidentais e cheios de estigmas. Dessa forma, Serra Leoa,³²

³¹ Em “Os campos da morte em Ruanda”, *Veja*, n° 1340, p. 32.

³² Não desconhecemos os critérios de análise adotados pelos organismos ligados à ONU para a classificação dos países por escala de riqueza ou pobreza. Sabemos também que Serra Leoa foi alocada, assim, no lugar de uma das nações mais pobres do mundo. A questão maior não é esta. O que é inquietante é o fato de que, na tentativa de justificar os eventos ocorridos naquele país, a reportagem de *Veja* precisou enfatizar também as principais faces negativas do país e da África.

classificado como o país mais pobre do mundo, passava a ser também o lugar das insanidades e das matanças. De acordo com a matéria, “nunca se pôde esperar muito de Serra Leoa (...). A descida definitiva ao inferno, contudo, supera, em insanidade, matanças protagonizadas recentemente em nações próximas”.³³

Já na reportagem de Cristiano Dias, “O pior lugar do Mundo: Ingleses destroem milícia em Serra Leoa, país onde a guerrilha corta a mão de crianças”, publicada em setembro de 2000, podemos observar uma repetição das idéias acima expostas, com uma pequena diferença, protagonizada pela troca do termo “insanidade” por “barbaridade”, empregado para descrever os eventos trágicos naquele país. Segundo Dias “os West Side Boys”, um dos grupos envolvidos nos massacres, “são os típicos combatentes de uma guerra cujas atrocidades conseguem ser mais chocantes que qualquer outra das barbaridades em curso na África”.³⁴

Três anos depois, a atenção de uma reportagem do número 1810 de *Veja* voltou-se para os acontecimentos transcorridos na Libéria, à época sob o controle político de Charles Tylor, responsável pelo recrutamento e pelo emprego de milhares de crianças nos conflitos ali em andamento. A denúncia, presente na reportagem de Juliana Simão – “Crianças que matam: um exército de 120.000 menores sustenta as guerras tribais na África” – pareceu estar em sintonia com os padrões ocidentais de cuidado com a infância e com a adolescência, marcantes a partir do século XX. Da mesma forma, a crítica feita aos desmandos e às intromissões em outros países, protagonizadas por Tylor, encontrase em concordância com os princípios da diplomacia ocidental pós-Segunda Guerra Mundial, embebidos pela idéia de respeito à autodeterminação dos povos e não-intervenção estrangeira em assuntos internos (mesmo que inoperante muitas vezes, desde então). Contudo, recorrer ao argumento de que a África possuía um nível de “desmandos e crimes” acima daquele vivenciado em outras partes do mundo é desconcertante, ou seja, de lá se pode esperar uma rotina de explosões

³³ “Manga curta ou comprida?”, *Veja*, n° 1582 (27 de janeiro de 1999), p. 54.

³⁴ Cristiano Dias, “O pior lugar do mundo”, *Veja*, n° 1667 (20 de setembro de 2000).

violentas e atrocidades, mas, de tempos em tempos, o continente ainda consegue superar-se e produz eventos de dramaticidade maior do que o previsto para os próprios “padrões africanos”.

Charles Taylor, presidente da Libéria, é responsável por desmandos e crimes espantosos mesmo para os padrões africanos. No comando de um país pequeno e pobre, com população de apenas 3,3 milhões de habitantes, ele patrocinou rebeliões armadas nas nações vizinhas, saqueou as riquezas nacionais e massacrrou seu próprio povo. Nessa carreira de vilanias, Taylor tomou uma iniciativa particularmente cruel: armou um exército de crianças e obrigou-as a cometer atrocidades contra os próprios pais e amigos.³⁵

A ocorrência constante de golpes de Estado e conflitos civis no continente também mereceu de *Veja* um espaço especial em suas edições.³⁶ Nos números 1500 e 1518, duas reportagens, ambas escritas pela jornalista Lizia Bydlowski, noticiam a instabilidade política na África Central e Ocidental, com os repetidos eventos ligados às disputas pelo controle de países dessas regiões – República Democrática do Congo, República do Congo, Angola e Serra Leoa. Na edição que circulava em 18 de junho de 1997, o foco da matéria concentrou-se na leitura panorâmica das tensões políticas desses países. Percebe-se, nos argumentos de Bydlowski, para além da precisa iniciativa de descrever alguns fatos ocorridos, uma dimensão de caos político permanente e de tensões que tendiam a se eternizar, devido ao contínuo suceder de golpes e conflitos políticos.

É preciso um pouco de atenção para não confundir uma guerra com a outra. Nem bem acabou a guerra civil na República Democrática do Congo (o antigo Zaire), combates explodiram na vizinha República Popular do Congo, país de apenas 2,5 milhões de habitantes, do outro lado do rio que dá nome às duas nações africanas. (...) quase ao mesmo tempo, o Exército de Angola, outro vizinho, avançou sobre seus adversários históricos, com o risco de reacender a guerra civil que dilacera o

³⁵ Juliana Simão, “Crianças que matam”, *Veja*, n° 1810 (9 de julho de 2003).

³⁶ Consultar, para além das reportagens abordadas, a seguinte referência: “Arrastão na África”, *Veja* (2 de setembro de 1998).

país desde a década de 70. Um pouco mais ao norte, a tentativa de golpe de Estado chefiada por um cabo degenerou numa matança generalizada em Serra Leoa.³⁷

No entanto, as explicações para tal grau de instabilidade política não recebem uma reflexão em profundidade, limitando-se à superficial perspectiva de responsabilizar a ação de grupos “tribais” rivais e de ditadores ambiciosos como as únicas motivações para a seqüência interminável de golpes na área. Muito menos, e talvez a revista *Veja* não seja de fato o espaço para isso ocorrer, a autora aponta para as lentes do relativismo cultural, não para justificar ou rejeitar determinadas posturas, mas sim para alertar que existem, para qualquer região do mundo, especificidades e ritmos próprios, estruturas sociopolíticas e cosmovisões diversas, que ordenam o funcionamento das sociedades e de suas produções culturais.

Já na edição de 22 de outubro de 1997, a reportagem com o título, “De golpe em golpe: cai o governo do Congo-Brazzaville, varrido pela nova ordem que vigora no centro da África”, a abordagem recai sobre uma tentativa de golpe de Estado no pequeno território da República do Congo, liderada pelo ex-ditador do país, o general Denis Sassou Nguesso. Para Bydlowski, após o golpe orquestrado por Laurent Kabila, no país vizinho, que derrubou o ditador Mobutu Sese Seko, a região da África Central, que, nas palavras da jornalista, era “a mais atrasada do continente”, deveria entrar em um período de estabilidade e desenvolvimento.³⁸

Mas, ao contrário disso, meses depois, a “região mais atrasada” da África voltava a entrar em convulsão. Para a autora, “o cinturão da África central continuava o mesmo: etnia contra etnia, guerra e destruição, civis em fuga”.³⁹ O que parece incompreensível é a sentença proferida por Bydlowski acerca do “grau de desenvolvimento” da África Central. Se a mesma fosse colocada em frente a um espelho, refletiria apenas os estereótipos gerados sobre os africanos.

³⁷ Lizia Bydlowski, “Convulsão Coletiva”, *Veja*, n° 1500 (18 de junho de 1997).

³⁸ Lizia Bydlowski, “De golpe em golpe”, *Veja*, n° 1518 (22 de outubro de 1997).

³⁹ *Ibidem*.

Por fim, como último exemplo citado para esse primeiro grupo de temáticas abordadas pelas reportagens de *Veja*, destacamos as notícias enfocando os casos de violência e insegurança. O primeiro fato noticiado foi o massacre de turistas brancos em Uganda, em março de 1999. O texto da reportagem, “Terror na montanha dos gorilas”, parece criar uma nova categoria de humanidade, os africanos, já que tudo de mais grotesco e violento se associa aos homens e às mulheres que habitam o continente. O quadro tornar-se-ia ainda mais grave, quando as vítimas das ocorrências fossem europeus ou americanos. Neste caso, os eventos ganhavam conotações mais dramáticas e os africanos apareciam retratados sob o prisma da selvageria, do primitivismo e da barbárie.

A matança choca, sobretudo por atingir europeus e americanos com um tipo de crime que se considerava restrito aos grotões mais selvagens da África. (...) Quatro mortos eram ingleses, dois neozelandeses e um casal de americanos. Estes últimos eram funcionários graduados da Intel, o fabricante de chips de computador. É irônico que o turismo tenha colocado representantes da sofisticação tecnológica ao alcance dos facções de uma das milícias mais selvagens e primitivas da África Central. (...) Todo o turismo envolve certo risco, mas passear num lugar tão perigoso como a África Central é insensatez. Ainda assim, o que ocorreu na semana passada choca pelo barbarismo, não pela novidade.⁴⁰

Já a violência urbana na África do Sul, no período pós-*apartheid*, também ganhou destaque nas páginas de *Veja*.⁴¹ Na edição 1593, publicada em 14 de abril de 1999, a reportagem de Daniel Teich, com o título, “O carro lança-chamas: automóveis vendidos na África do Sul disparam línguas de fogo sob o chassi para carbonizar assaltante”, aponta os elevados índices de criminalidade que grassavam no país, justamente após o término da segregação racial e do governo dos brancos. Tal quadro social serviria como justificativa para a invenção de mecanismos e estratégias de defesa e segurança privada, que pareciam ter sido retirados do universo da ficção científica.

⁴⁰ “Terror na montanha dos Gorilas”, *Veja*, n° 1588 (10 de março de 1999).

⁴¹ Sobre a temática, ver também “Turismo do Horror”, *Veja*, n° 1606 (14 de julho de 1999).

Os índices de criminalidade na África do Sul estão entre os mais altos do mundo. (...) Em Johannesburgo houve mais de 4.000 roubos de carro em 1998. Em todo o país são registrados cerca de 25.000 assassinatos, 50.000 casos de estupro e 250.000 roubos de casa por ano. Com números assim, o país tornou-se um terreno fértil para invenções destinadas a combater ladrões. Entre as novidades testadas pelas empresas de segurança da África do Sul há um carro equipado com lâminas afiadíssimas, de 1 metro de comprimento, escondidas sob o chassi. (...) Nada, porém, tem feito tanto sucesso quanto os carros com lança-chamas.⁴²

A África das “Tragédias”, da “Fome” e das “Epidemias”

O terceiro maior conjunto de matérias publicadas em *Veja* pôde ser reunido sob a classificação de “Tragédias, Fome e doenças”. Com essa perspectiva, foram localizadas 22 peças jornalísticas, 16% do total, englobando textos que se destacavam sobremaneira pela forma como abordaram as cenas e as notícias dos africanos envolvidos pelos flagelos das guerras, das epidemias, das doenças, da fome, da corrupção e da crise econômica.⁴³ Mesmo que cogitássemos a hipótese de que a intenção principal da linha editorial da revista para o continente africano fosse a denúncia dos desmandos ou a simples perspectiva de informar acerca das calamidades e dos fatos trágicos, a ênfase em transmitir a imagem de um mundo falido, atrasado, desorganizado e caótico transcende o simples exercício jornalístico. A coincidência do emprego de algumas expressões, encontradas em títulos de várias matérias ou dos argumentos empregados pelos jornalistas para explicar os eventos

⁴² Daniel Hessel Teich, “O carro lança-chamas”, *Veja*, n° 1593 (14 de abril de 1999).

⁴³ Entre os temas enfocados pelas reportagens, ver as seguintes: *Doenças e Epidemias* – Cristiano Dias, “O continente condenado”, *Veja*, n° 1658 (19 de julho de 2000); Karina Pastore, “A paciente zero”, *Veja*, n° 1584 (10 de fevereiro de 1999); “Elas não pegam AIDS”, *Veja*, n° 1791 (26 de fevereiro de 2003); “Greve de sexo”, *Veja*, n° 1727 (21 de novembro de 2001); “Paciente Zero”, *Veja*, n° 1534 (18 de fevereiro de 1998); “Truque assassino”, *Veja*, n° 1661 (9 de agosto de 2000); “Zimbábue: 6 ministros com AIDS”, *Veja*, n° 1728 (28 de novembro de 2001); *Corrupção e Miséria* – Franco Iacomini, “Pujante e Miserável”, *Veja*, n° 1635 (9 de fevereiro de 2000); *Crise Econômica* – Raul Juste Lores, “O calote africano”, *Veja*, n° 1767 (4 de setembro de 2002); *Tragédias gerais* – “130 pessoas jogadas para fora do avião”, *Veja*, n° 1802 (14 de maio de 2003); “Como uma praga Bíblica”, *Veja*, n° 1867 (18 de agosto de 2004).

enfocados, sinaliza para a cristalização e a repetição de elementos imaginários – construídos a partir de eventos concretos, generalizações e preconceitos – e de estereótipos – fomentados pelos olhares ocidentais.

Na edição de *Veja*, publicada no dia 6 de fevereiro de 2002, na matéria com o título “A tragédia de um continente: explosão na Nigéria mata 1000 de uma vez e expõe de novo o caos da vida na África”, o jornalista José Eduardo Barella noticiava a explosão de um depósito de munições do exército nigeriano, localizado no meio de um bairro popular de Lagos. O saldo não poderia ter sido outro: centenas de mortos e milhares de feridos. Para além das dramáticas cenas narradas pelo autor e das críticas lançadas às autoridades daquela cidade e daquele país – acusadas de omissão e desorganização – o texto parece contaminado por uma série de visões e estereótipos comuns sobre os africanos. Mais do que isso, o autor utiliza o desastre ocorrido em Lagos como uma ponte para revisitar ou enumerar uma série de eventos e situações de crise, tragédias, epidemias e misérias ligadas à África.

Cada vez que acontece um desastre desses, as pessoas que ainda se preocupam com o destino da África se perguntam: por quê? Como é possível a repetição constante do ciclo de miséria, violência, ignorância, desatino político? A África subsaariana, expressão que substituiu a antiga África negra, tem 665 milhões de habitantes – e uma economia menor que a do Brasil. Desde os anos 60, quando chegou ao fim o período colonial, o continente foi tragado por guerras civis, conflitos tribais, destruição ambiental, secas, fome e um ciclo interminável de doenças endêmicas, como malária, febre amarela e, nas últimas décadas, a Aids. (...) O título de país mais desgraçado do mundo corre pela região em busca de um que ainda seja pior que os vizinhos.⁴⁴

Em um exercício que, para muitos, pareceria lógico, mas que se encontra recoberto de simplificações, generalizações e imprecisões, ele trata o ocorrido como um “fato africano” e não nigeriano. Para ser mais claro, a incompetência dos homens e das instituições públicas em gerir um Estado, que deveria estar marcado pela segurança e pelo respeito

⁴⁴ José Eduardo Barella, “A tragédia de um continente”, *Veja*, n.º 1737 (6 de fevereiro de 2002), p. 54.

aos cidadãos, mas que, ao contrário disso, teria levado à morte centenas de pessoas por causa de uma única explosão, seria reflexo do desequilíbrio de todo o continente e não da Nigéria. Segundo suas próprias palavras, os acontecimentos noticiados seriam “mais uma daquelas tragédias africanas que poderiam ter sido evitadas, mas que se repetem monotona-mente em razão da irresponsabilidade, do desgoverno e da miséria”.⁴⁵

O cenário descrito é de uma África em total falência de instituições, sem perspectivas para o futuro e dominada pela ignorância e pelo atraso. De acordo com Barella, a partir do quadro de caos generalizado descrito, “soa como utopia imaginar o continente livre da miséria e integrado à economia global”.⁴⁶ Para reforçar a idéia de que o caos se teria abrigado, permanentemente, naquela parte do mundo, a reportagem também faz referências à guerra civil angolana – com seus milhares de mortos, mutilados e miseráveis – aos conflitos no Congo e à expansão da AIDS pela África do Sul.

Neste último caso – o da epidemia de AIDS – a forma dramática como a doença se alastrava em meio à população sul-africana, fez com que o autor se preocupasse em localizar os responsáveis pela falta de controle, prevenção e tratamentos possíveis. Para ele, fora a omissão do governo, que se negava a distribuir o coquetel de remédios para controle do HIV, e que não possuía qualquer política pública de combate à epidemia. Existiriam também os casos de estupros no país, marcado por “uma cultura arraigada de violência sexual” e a crença de que as relações sexuais com uma virgem poderiam representar a cura para o portador do vírus. O que o jornalista queria afirmar, quando defendeu a tese de que a África do Sul teria, como uma de suas características culturais, a violência sexual, é algo indecifrável.

Além de uma cultura arraigada de violência sexual (um terço das meninas de 10 a 14 anos sofre esse tipo de violência dos próprios professores), ainda existe crença disseminada por curandeiros segundo a qual manter relações sexuais com uma mulher virgem cura um aidético.⁴⁷

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Ibidem, p. 56.

⁴⁷ Ibidem.

Sua postura analítica torna-se ainda mais ambígua, quando explica os motivos que teriam levado o país a ser um dos poucos espaços diferenciados do continente. Primeiro, afirma que a África do Sul estava “a anos-luz de seus vizinhos, em razão da estrutura econômica criada pelos colonizadores brancos, que também criaram o racismo oficial”.⁴⁸ O que será que o autor quis dizer com isso? Que, apesar do *apartheid*, o racismo sul-africano deixou uma boa economia como herança? Ou que o racismo foi positivo em algum sentido para o país, pois fez sua economia crescer e se diferenciar do resto das economias dos países africanos? Para os leitores, essas são duas idéias bastante próximas e perigosamente assimiláveis.

Já na edição de *Veja*, publicada em 15 de maio de 2002, a “Tragédia” noticiada era outra, mas a estratégia de partir de um evento específico para discorrer sobre todos os supostos elementos negativos que caracterizariam o continente foi preservada. Na reportagem de Murilo Ramos, “Mais uma tragédia africana: por problemas de infra-estrutura, apoio eletrônico ao vô e manutenção, a África é um cemitério de jatos”, os eventos que aparentemente motivaram o jornalista a se debruçar sobre o assunto foram as quedas de aviões na Nigéria e na Tunísia, que vitimaram 162 pessoas. A intenção do autor parece ser a de apontar os elementos que explicariam o fato dos países africanos receberem o título de primeiro lugar no número de acidentes aéreos no mundo. Segundo Ramos, seriam as precárias condições infra-estruturais e o uso de equipamentos de controle de vô obsoletos os principais responsáveis pelas tragédias nos céus africanos, chamados pelo autor de “inferno”.⁴⁹

Porém, percebe-se, de forma clara, que a construção da reportagem pelo jornalista foi influenciada por um conjunto previamente incorporado de imagens. No título, na introdução da matéria e na legenda do gráfico, apresentado em meio ao texto – “Onde o céu é um inferno: a África é o continente com maior índice de acidentes aéreos” – os velhos estereótipos ou imagens cristalizadas sobre o continente voltaram a aparecer.⁵⁰ Para Ramos, haveria ainda outros motivos que poderi-

⁴⁸ Ibidem, p. 56.

⁴⁹ Murilo Ramos, “Mais uma tragédia africana”, *Veja*, n.º 1751 (15 de maio de 2002), p. 92.

⁵⁰ Ibidem.

am ser utilizados como justificativa para uma incidência tão assustadora de acidentes aéreos no continente africano: a quantidade de dialetos existentes e o treinamento e a técnica “rudimentares”, empregados pelos controladores de vôo e pelos pilotos africanos.

Para piorar, não há na maioria das vezes concordância sobre que idioma eles devem usar para se comunicar com as torres de controle. Como os povos do continente utilizam centenas de dialetos, até a comunicação oral fica comprometida. (...) Segundo a *Flight Safety Foundation* (FSF) (...) controladores de vôo e pilotos africanos são treinados com técnicas bastante rudimentares.⁵¹

Mesmo que a defasagem tecnológica e técnica dos sistemas de controle aéreo espalhados por alguns países africanos fosse um dado concreto, pelo menos se comparados aos padrões europeus ou norte-americanos de segurança aérea, o termo “rudimentar” parece ser um tanto inadequado. A palavra, categoricamente utilizada por determinadas correntes ligadas aos estudos de antropologia do período colonial, revela a perspectiva da descrição da cultura material, ligada à produção tecnológica das sociedades, ao mesmo tempo em que remete a um tipo de olhar dicotômico, no qual ser rudimentar é ser primitivo, e ser sofisticado significa ser civilizado.

Mais do que isso, seria justo perguntarmos o porquê de o jornalista ter optado pela utilização da categoria “dialetos” para explicar as supostas dificuldades de comunicação entre os africanos. Há algumas décadas os lingüistas afirmam que na África existem cerca de 1.250 a 2.050 línguas e idiomas. Sabemos também que o emprego do termo “dialeto” aparece sempre, ou quase sempre, com o objetivo de desqualificar a estrutura lingüística utilizada por uma sociedade.⁵² Então, por que motivo ele opta por chamar a atenção dos leitores para as “centenas

⁵¹ Ibidem.

⁵² Alberto da Costa e Silva, *A Enxada e a Lança. A África antes dos portugueses*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996, pp. 38-9; D. Dalby, “Mapa lingüístico da África”, in Joseph Ki-Zerbo, *História Geral da África: metodologia e pré-História da África*, vol. I (São Paulo, Ática; Paris, Unesco, 1982), pp. 325-31; e Joseph H. Greenberg, “Classificação das línguas da África”, in Joseph Ki-Zerbo, *História Geral da África: metodologia e pré-História da África*, vol. I (São Paulo, Ática; Paris, Unesco, 1982), pp. 307-23.

de dialetos” falados pelos pilotos africanos para se comunicar? O certo é que ambas as iniciativas apontam para uma mesma idéia: a de uma terra selvagem e bárbara, atrasada e primitiva.

No que se refere à crise econômica em que mergulhou o continente nas últimas décadas, a reportagem de Raul Juste Lores, de 4 de setembro de 2002, é um dos reflexos das teses que defendem que a miséria e as dificuldades econômicas vivenciadas por alguns países seriam causadas, principalmente, pela condição atípica de atraso geral que caracterizaria os africanos. O próprio título da matéria, que abordava a moratória adotada pela Nigéria no pagamento de seus credores, já direcionava a atenção dos leitores para essa associação – “O calote africano: a Nigéria, que mata condenados a pedradas, piora sua crise com moratória da dívida externa” – ou seja, a Nigéria, “país de bárbaros”, em que se permite a execução de pessoas por apedrejamento, vai piorar sua situação, dando um calote internacional. Além de demonstrar sua insatisfação por ver o Brasil alocado em um dos *rankings* de classificação de risco de investimentos no mesmo patamar que a Nigéria, o jornalista se esforça em destacar todas as possíveis mazelas que impossibilitariam aquele país africano de progredir dentro de um “continente miserável”.

É uma vizinhança que não faz a devida justiça à Nigéria. A encrenca nesse país, o mais populoso da África, é muitas vezes pior, pois não é apenas econômica. Tem a ver também com conflitos religiosos e tribais, ditaduras e descarada roubalheira de dinheiro público. Décima maior exportadora de petróleo e uma das poucas nações que, teoricamente, teriam recursos financeiros para progredir no continente miserável, a Nigéria declarou o calote no pagamento da dívida externa na semana passada.⁵³

Uma última seqüência de textos a ser destacada neste grupo é a que se refere às notícias acerca das “epidemias e doenças que se espalham pelo continente”, mais especificamente, sobre a AIDS.⁵⁴ Acredi-

⁵³ Raul Juste Lores, “O calote africano”, *Veja*, n° 1767 (4 de setembro de 2002).

⁵⁴ Sobre a abordagem das epidemias na África, ver também: Karina Pastore, “A paciente zero”, *Veja*, n° 1584 (10 de fevereiro de 1999); “Elas não pegam AIDS”, *Veja*, n° 1791 (26 de fevereiro de 2003); “Greve de sexo”, *Veja*, n° 1727 (21 de novembro de 2001); “Paciente Zero”, *Veja*, n° 1534 (18 de fevereiro de 1998); “Zimbábue: 6 ministros com AIDS”, *Veja*, n° 1728 (28 de novembro de 2001).

tamos que os dados inquietantes acerca dos números de pessoas infectadas e mortas pela doença e as estatísticas e as previsões para um futuro ainda mais dramático sejam de conhecimento de um grande número de pessoas. São dados que impressionam e fazem com que a comunidade internacional, muitos governantes, organizações não-governamentais e empresários africanos ou não-africanos busquem soluções ou medidas que minimizem o grave problema. No entanto, os recortes de *Veja* acabaram por se concentrar na dramaticidade dos fatos, no impacto desconcertante dos números e na inoperância, na incapacidade ou na omissão de vários governos africanos em tentar combater a situação. Foi o que ocorreu, por exemplo, nas edições de números 1601, de 9 de junho de 1999, e 1658, de 19 de julho de 2000.

Um ponto comum entre essas duas peças jornalísticas, a primeira escrita por Daniel Hessel Teich – “A Tragédia Africana: número de vítimas da Aids na África já é quase igual ao da Peste Negra na Europa medieval” – e a segunda, por Cristiano Dias – “O continente condenado: um em cada cinco adultos sul-africanos tem Aids, mas o presidente do país nada faz porque não acredita na contaminação pelo HIV” – foi o enfoque catastrófico ou as dimensões impressionantes das mortes causadas pelo vírus da AIDS. A estratégia neste caso foi a de apresentar aos leitores uma série de informações quantitativas e compará-las com outras catástrofes ou epidemias vivenciadas pela humanidade. Na reportagem de Teich, os objetos eleitos para comparação foram a Guerra do Vietnã, a bomba atômica lançada sobre Hiroshima e a peste negra do medievo europeu.

Há uma bomba de efeito retardado plantada no coração da África. Ela matará mais de 22 milhões de homens, mulheres e crianças no decorrer da próxima década. O número é 200 vezes maior do que o de todas as vítimas da bomba atômica que destruiu Hiroshima, em 1945. Ou 100 vezes o total de mortos na Guerra do Vietnã. Esse extermínio em massa e silencioso é provocado pela Aids (...) Isso significa que a Aids vai produzir na África um estrago de proporções semelhantes às da peste negra (...).⁵⁵

⁵⁵ Daniel Hessel Teich, “A tragédia africana”, *Veja*, n° 1601 (9 de junho de 1999).

Já na matéria de Dias, percebemos uma perspectiva similar, pois, além de apresentar os dados sobre a AIDS na África do Sul, o autor os compara com os da gripe Espanhola e da peste negra medieval. Revelar aos leitores toda a dramaticidade e a “incapacidade” dos africanos em resolver a questão parece ter sido a estratégia adotada pelo jornalista. As cifras, segundo sua opinião, seriam assombrosas, mesmo para a região “acostumada” a acolher tudo que é de mais assustador.

A realidade é tão terrível que desafia a compreensão. (...) Um em cada cinco adultos sul-africanos está infectado pelo vírus HIV. São mais de 4 milhões de aidéticos. É mais do que em qualquer outro país. A cifra é assombrosa mesmo num continente de números assustadores. De cada três pessoas infectadas, duas vivem na África. Por lá, surgem oito novos doentes por minuto. De cada dez mortos, seis são africanos.⁵⁶

Outra forma de revelar os impactos da AIDS foi associá-la a “uma condição africana”, definida a partir da visão ocidental – ou seja, a idéia de que os africanos se confundem com a ignorância, o primitivismo, a falta de educação, a desorganização, a incapacidade estatal de combater a doença, o caos generalizado. Na reportagem de Teich, isso fica claro, quando afirma que vários países no mundo conseguiram controlar a epidemia, enquanto na África não existiam campanhas efetivas de prevenção e nem tratamento para os africanos já contaminados. Segundo o jornalista “para os africanos contaminados praticamente não há esperança. A doença, combinada à pobreza e à falta de informação, tem provocado ali uma tragédia de proporções inacreditáveis”.⁵⁷

E, por fim, na reportagem de Cristiano Dias, seus apontamentos introdutórios foram baseados em uma crítica aberta à interpretação ortodoxa e extremamente polêmica do então presidente sul africano, Thabo Mbeki, acerca das causas e dos fundamentos da epidemia de AIDS na África. O político africano defendia a tese de que a AIDS seria uma questão social, ligada à miséria, e não apenas uma patologia causada por um vírus, tese essa que ganhava alguns adeptos no meio científico sul-africano. Porém, para Dias, o recurso a esse tipo de argumento não

⁵⁶ Cristiano Dias, “O continente condenado”, *Veja*, nº 1658 (19 de julho de 2000).

⁵⁷ Teich, “A tragédia africana”.

passava de uma “bobagem” que, associada “à falta de educação, à ausência de políticas de saúde e à baderna geral”, explicaria “como a doença, que está relativamente sob controle nos outros continentes, ameaça exterminar a África”.⁵⁸

Uma “Nova” África?

As trilhas até agora percorridas nos conduzem a conclusão de que o espaço reservado ao continente africano na revista *Veja* se confunde apenas com os mais explícitos e negativos ingredientes, presentes no imaginário brasileiro. Porém, seria um equívoco não apontarmos para uma outra tendência encontrada na revista brasileira. Sem sombra de dúvidas, a grande maioria das peças jornalísticas concentra suas atenções em assuntos que poderíamos classificar como negativos: mais de 60% delas. Apesar disso, foi possível localizar, entre as 136 matérias, um número revelador de textos que abordavam a África por um olhar que podemos classificar como positivo ou neutro, 51 (37,5% do total).⁵⁹ Neste grupo, encontram-se desde textos que apresentam comentários positivos sobre algumas personalidades africanas – principalmente aquelas que receberam destaque no cenário internacional, por desempenharem atividades ligadas às esferas da política, do meio-ambiente e dos direitos humanos – até reportagens que tratavam de temas ligados à História, aos estudos arqueológicos, à paleontologia, ao turismo, aos esportes, à natureza e à política. No entanto, apesar de focar o continente com olhares menos carregados pelos espectros vulgarizados do imaginário Ocidental, grande parte desses textos demonstrou compartilhar de alguns estereótipos ou leituras depreciativas acerca do continente.

No grupo nomeado “História, Paleontologia e Arqueologia”, foram encontradas 12 matérias (9% do total). A grande maioria delas pren-

⁵⁸ Dias, “O continente condenado”.

⁵⁹ As peças jornalísticas alocadas sob essa definição são as que apresentaram perspectiva diversa das classificadas como negativas, ou seja, todas as matérias que não limitaram sua abordagem à iniciativa de destacar ou descrever os problemas africanos, possibilitando ao leitor a construção de imagens diferenciadas sobre o continente. Elas podem ser encontradas no interior das seguintes categorias: “Turismo e esporte”; “História, Paleontologia e Arqueologia”; e “Literatura, Cinema, Fotografia e Política”.

dia-se ao debate acerca das investigações das origens da humanidade ou dos primeiros espécimes de hominídeos encontrados na África.⁶⁰ As grandes questões enfocadas foram os recorrentes achados de fósseis e os intensos debates entre os grupos de paleontólogos sobre as teorias que buscavam no continente, para além do berço da humanidade, o elo perdido entre os símios e os primeiros hominídeos, ou os vestígios dos humanos modernos (*homo sapiens sapiens*). Neste caso, apesar de os jornalistas trabalharem com um conteúdo também manipulado pelas correntes que viam os africanos como seres inferiores, por serem justamente os apontados como os mais próximos dos símios na cadeia da evolução das espécies, eles não seguiram as trilhas percorridas pelos estudos racistas de outrora. Uma clara amostra dessa perspectiva pode ser visualizada, por exemplo, na reportagem de Gabriela Carelli, com o título “O homem de 6 milhões de anos: fósseis do mais antigo ancestral humano são descobertos no Quênia e podem ser a chave para chegar ao elo perdido entre homem e macaco”. Neste caso, a notícia principal resumia-se à possibilidade de a equipe de pesquisadores ter descoberto o hominídeo mais antigo até então encontrado.

Desde que Charles Darwin estabeleceu que o homem e o macaco tinham um ancestral comum, os cientistas lançaram-se numa corrida em busca do elo perdido, a criatura que marca a divisão entre as duas espécies. Na semana passada, pesquisadores franceses e quenianos (...) anunciaram ter chegado bem perto desse ponto ao descobrir ossos fossilizados de um hominídeo datado de 6 milhões de anos. O achado ocorreu durante escavações na área de Baringo, no Quênia, em 25 de outubro, e tem implicações assombrosas.⁶¹

Dois anos depois, o assunto voltava às páginas de *Veja*, agora pelo texto de Daniel Teich e Natasha Madov, intitulado “O homem de sete milhões de anos: descoberta de fóssil na África Central revoluciona as teorias sobre a árvore genealógica da espécie humana”. Novamente, as atenções concentraram-se na suposta descoberta do mais an-

⁶⁰ Ver também as seguintes reportagens: Daniel Teich, “O homem-macaco”, *Veja*, n° 1577 (16 de dezembro de 1999); “A família cresce”, *Veja*, n° 1684 (24 de janeiro de 2001); “Adão era africano”, *Veja*, n° 1807 (18 de junho de 2003).

⁶¹ Gabriela Carelli, “O homem de 6 milhões de anos”, *Veja*, n° 1679 (13 de dezembro de 2000).

tigo exemplar da espécie humana, agora em escavações feitas por outra equipe de paleontólogos, em um sítio no Chade, às bordas do deserto do Saara.⁶²

O próprio debate entre os grupos rivais da paleontologia também foi abordado pela revista, como mostra a reportagem de Bia Barbosa, “A fogueira das vaidades: fóssil de 3,5 milhões de anos esquentou rixa entre os caçadores do elo perdido da evolução”, publicada na edição 1693, de 28 de março de 2001. O foco da matéria recai sobre as polêmicas entre os estudos tutelados pela família Leakey e os levados a cabo pelos americanos Tim White e Donald Johanson (descobridor de Lucy). Ambos divergiam veementemente das datas e dos fósseis que levariam à descoberta dos mais antigos antepassados humanos localizados na África.⁶³

Já no caso das reportagens que abordavam objetos da História e da Arqueologia, encontramos como tema principal o Egito Antigo.⁶⁴ Foram duas as matérias que se debruçaram sobre o assunto, na tentativa de reforçar para os leitores a importância e a influência da civilização egípcia para o mundo moderno. Se, por um lado, em nenhum momento os autores das matérias tocam nas teses que defendem “um fundo negro” na formação do Egito, por outro, eles também não se preocupam em deslocar o Egito para fora do continente, associado-o às civilizações mediterrâneas ou do Crescente Fértil, permanecendo, portanto, como uma civilização africana. A primeira das matérias, escrita por Eliana Simonetti, em 27 de outubro de 1999, “Onde tudo começou: descobertas arqueológicas revelam a importância da civilização egípcia para o Ocidente e a egiptomania volta à moda”, relatava uma nova onda de interesses sobre a história e a cultura do Egito Antigo, ao mesmo tempo em que tentava transmitir a idéia de que as invenções e os conhecimentos egípcios nos influenciaram muito mais do que imaginávamos.⁶⁵

⁶² Ibidem.

⁶³ Bia Barbosa, “Fogueira das Vaidades”, *Veja*, n° 1693 (28 de março de 2001).

⁶⁴ Ver, entre outras, a reportagem de Ângela Pimenta, “A flor da pedra”, *Veja*, n° 1500 (18 de junho de 1997), que abordava o estudo das pinturas rupestres na África.

⁶⁵ Eliana Simonetti, “Onde tudo começou”, *Veja*, n° 1621 (27 de outubro de 1999).

Já na reportagem de Ângela Pimenta, “A verdadeira vingança dos faraós: uma mostra inédita em Nova York revela a arte que os egípcios faziam na época em que construíam suas grandes pirâmides”, o foco recai sobre a tentativa de enfatizar a sofisticação e as especificidades dos padrões artísticos egípcios.

Essa é a melhor ocasião dos últimos vinte anos para ver de perto aquilo que se costuma chamar de “arte egípcia”. As aspas são necessárias porque o conceito que os antigos egípcios faziam de sua arte é completamente diverso do nosso. Para um artesão egípcio, seu ofício era acima de tudo um dever religioso. Pintar ou esculpir era uma forma de agradar aos deuses, fazendo-lhes oferendas em nome dos mortos ilustres, a fim de lhes garantir uma vida eterna faraônica. (...) Isso não quer dizer que eles fossem desprovidos de senso estético. Seu apuro e economia formais saltam aos olhos.⁶⁶

Outra interessante abordagem, com um apelo histórico de fundo, pôde ser encontrada na reportagem publicada na edição 1832, de 10 de dezembro de 2003. A matéria de Alexandre Oltramari, “Pelas lentes da História”, enfocava o trabalho fotográfico feito pelo historiador e diplomata Carlos Fonseca com as comunidades de descendentes de escravos brasileiros retornados para o Golfo da Guiné, tanto no Benin como na Nigéria. Tema, diga-se de passagem, visitado por um grupo significativo de pesquisadores brasileiros há algumas décadas – entre eles Alberto da Costa e Silva, Milton Guran, Manuela Carneiro da Cunha e Antonio Olinto. Apesar de demonstrar ter conhecimento desses estudos, o jornalista se mostra surpreendido pelos recortes feitos por Fonseca.

De qualquer forma, as explícitas referências feitas a Francisco Félix de Souza e às suas atividades na região demonstram que Oltramari possuía uma importante referência histórica para construir seu texto. Ao se concentrar na descrição de certos costumes brasileiros, preservados ou reinventados do outro lado do Atlântico, pelas comunidades em questão, o conteúdo da matéria deve ter surpreendido de forma positiva o leitor comum, que se encontrava fora do eixo dos estudos africanos.

⁶⁶ Ângela Pimenta, “A verdadeira vingança dos faraós”, *Veja*, n° 1616 (22 de setembro de 1999).

Apesar disso, seu artigo também não deixa de evidenciar uma perspectiva estigmatizada e congelada da escravidão, marcada, inclusive, por certa confusão acerca das origens desses ex-escravos retornados para África.

As imagens produzidas por Fonseca exibem um misto de altivez, dignidade e austeridade, como se os personagens estivessem querendo sublinhar, serenamente e sem alarde, a vitoriosa trajetória de vida das qual são herdeiros. Pela lente de Fonseca, percebe-se que os descendentes de retornados sentem orgulho de suas origens em terras brasileiras, ainda que seus antepassados tenham chegado aqui arrastando grilhões e a bordo de galés fétidas e tenham partido depois de consumir os músculos em trabalhos forçados e emprestado o lombo às chibatadas.⁶⁷

Nas reportagens que abordaram os temas ligados ao “Turismo, Esportes e Natureza” (20 matérias, 15% do total), percebe-se uma clara aglomeração de textos sobre o futebol africano (participação das seleções africanas na Copa do Mundo de 1998, o grande número de jogadores africanos atuando na Europa, ou, ainda, a participação financeira de alguns políticos africanos nos fundos de ações de equipes europeias). Apesar de os recortes revelarem as novas posições ocupadas pelos africanos no mundo do esporte de alto nível – tanto no aspecto competitivo, como no financeiro – elas não deixam de fazer referências aos problemas mais recorrentes associados à África. Por exemplo, a reportagem de Eduardo Barella, publicada na revista número 1784, de 8 de janeiro de 2003, “O dono da bola: filho de Kadafi, o ditador da Líbia, investiu em times da Itália e quer comprar um da Inglaterra”, a ênfase transcende a notícia que revelava os investimentos de Al-Saadi Kadafi na Juventus de Turim. O jornalista introduz sua matéria lembrando aos leitores de quem se falava, ou do que a Líbia representou no imaginário Ocidental nos anos oitenta.⁶⁸

Nas vésperas da Copa do Mundo de futebol de 1998, uma outra reportagem chamava a atenção dos leitores para o possível desempenho das seleções africanas classificadas para o torneio. Mesmo ao des-

⁶⁷ Alexandre Oltramari, “Pelos lentes da História”, *Veja*, n° 1832 (10 de dezembro de 2003), p. 116.

⁶⁸ José Eduardo Barella, “O dono da bola”, *Veja*, n° 1784 (8 de janeiro de 2003).

tacar a qualidade técnica de vários jogadores africanos e o fato de que a região tornou-se uma grande exportadora de talentos desse esporte para a Europa, a matéria defende a tese de que as chances de uma das cinco seleções africanas ganhar a competição seriam praticamente nulas. O mais desconcertante, nesse caso, foi o fato de que os argumentos apresentados não foram retirados do universo futebolístico ou do esporte de alta competição, mas sim das supostas realidades africanas. O principal aspecto levantado era o de que, pelas características internas dos países africanos – corrupção, desorganização e miséria – suas seleções estariam impossibilitadas de ascender ao posto de melhor seleção do mundo. Estranho, porque o Brasil, mesmo reunindo parte dessas mesmas características – corrupção, desorganização e miséria – ganhou cinco campeonatos mundiais. Mais do que isso, o texto não deixa de mencionar os estereótipos mais divulgados sobre o continente, como a ocorrência sucessiva de conflitos e rebeliões. Tal perspectiva nos leva a concluir que, para se falar da África, é obrigatório falar-se de seus problemas. E tais problemas – reais ou imaginados – seriam obstáculos intransponíveis, funcionando como sentença de duração infinita para a desqualificação do continente e de suas gentes.

Acostumada a ser palco de rebeliões e guerrilhas, a África está assistindo a uma revolução diferente, desta vez no campo dos esportes, mais precisamente no futebol. Praticamente aliados das competições internacionais até a década de 60, como retaliação por não gozarem de independência política, os países africanos começaram a chamar a atenção nos anos 80, com façanhas isoladas. Dos cinco países que estarão na Copa, a Nigéria é a que tem mais chances. Com jogadores talentosos e bem treinados, só não é tida como uma seleção favorita para vencer a Copa por causa da falta de organização interna, uma característica comum a todos os países do continente. O futebol africano, a exemplo da política e da economia, vive num caos que mistura corrupção, pobreza e desorganização.⁶⁹

Já em relação ao Turismo, a reportagem de Rachel Verano, “À beira do Saara: belas praias, passeios no deserto e preço baixo: os bra-

⁶⁹ “Os Emergentes da Bola”, *Veja*, nº 1536 (4 de março de 1998).

sileiros descobrem a Tunísia”, publicada em 17 de maio de 2000, chamou nossa atenção também por compartilhar uma leitura ambígua acerca do continente africano. Neste caso, o cenário de fundo desenrolava-se na Tunísia, país que, na época, conquistava um número cada vez maior de turistas brasileiros, tanto pelas suas paisagens exóticas, como pelos preços convidativos. Porém, um dos fatores apresentados por Verano, como fonte de atração de viajantes para aquele país africano, era a segurança oferecida aos estrangeiros, algo que não poderia ser encontrado em seus vizinhos magrebinos e muito menos subsaarianos.

Um passeio exótico que pode ser ainda desdobrado em visitas a ruínas romanas, praias paradisíacas do Mar Mediterrâneo e uma das mais cosmopolitas capitais do mundo árabe. É a Tunísia, um país pouco maior que o Estado do Ceará, localizado no norte da África e que desde o início do ano já foi visitado por cerca de 1.000 turistas brasileiros (...) Uma vantagem desse pequeno país norte-africano é a ausência de risco para turistas. Ex-colônia francesa é bem diferente de vizinhos como a Argélia, atolada em conflitos sangrentos e onde amiúde visitantes estrangeiros são massacrados por fanáticos muçulmanos (...).⁷⁰

A intenção que se revela é a de associar a região à violência, como se ela fosse uma marca essencial ou intrínseca à condição africana. Assim, ao destacar uma suposta face positiva do continente – um espaço paradisíaco para o turismo – é preciso também destacar algumas de suas faces negativas – como a violência e a insegurança.

Considerações finais

Terminando nossas incursões pela África reinventada nas páginas da revista *Veja*, podemos apontar alguns caminhos reflexivos, mesmo que não conclusivos, sobre a temática. Para além dos silêncios, das lacunas e das reaproximações observadas nas relações atlânticas, estabelecidas com a África, ocorridas nas últimas décadas, e da construção de uma identidade nacional contemporânea, com ingredientes oriundos de uma noção positiva de africanidade, o continente africano é ainda apresen-

⁷⁰ Rachel Verano, “À beira do Saara”, *Veja*, n° 1649 (17 de maio de 2000).

tado como o símbolo do fracasso da humanidade. Suas características principais reúnem universos isolados, povos bárbaros, governantes corruptos e genocidas, doenças, tragédias e flagelos. Não queremos afirmar com isso que algumas das realidades descritas não existam ou não tenham caracterizado certas regiões ou experiências africanas. Mas resumir a África e a sua história a tais mecanismos explicativos é um perigoso equívoco intelectual e analítico.⁷¹

Neste caso, é muito mais enriquecedor analisarmos essas leituras por outra dimensão: a do imaginário coletivo. Muito além de “constatar o óbvio”, o que alguns brasileiros expressam, ao se deparar com as dificuldades infra-estruturais e, às vezes, com as diferentes formas de organização espalhadas pelo continente, são os estereótipos e as representações que elaboramos sobre a África. A falta de referências imagéticas positivas, a pequena atenção dedicada ao continente nas salas de aula brasileiras e até mesmo nos bancos universitários e a divulgação contínua pelos *mass media* e pela indústria audiovisual (incluindo-se às produções cinematográficas) de cenários de um mundo em flagelo contribuem decisivamente para que essa percepção seja preservada.

Se continuarmos a reproduzir essas leituras distorcidas, é muito provável que o imaginário de nossas futuras gerações sobre a África não sofra modificações significativas. Neste caso, o papel das escolas é de fundamental importância. Se não mudarmos os textos explicativos acerca da História da África, tal tarefa se tornará praticamente impossível de ser bem sucedida e a África continuará a ser pensada como um espaço mítico ou simplesmente rejeitado e desconhecido, seja pela construção de identidade brasileira, seja pelas nossas referências mentais.

Texto recebido em 04/04/08, reapresentado em 05/05/08 e aprovado em 21/05/08

⁷¹ Acerca de algumas características gerais atribuídas à África nas últimas décadas, ver os artigos de Pio Penna, “Conflito e busca pela estabilidade no continente africano na década de 1990”, in Selma Pantoja (org.), *Entre Áfricas e Brasís* (Brasília, Paralelo 15, 2001), pp. 99-118; Carlos Lopes, “Enough is Enough! For an alternative diagnosis of the African crisis”, *África*, Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, 18-9, 1 (1995-1996), pp. 69-101, e Kabengele Munanga, “África: trinta anos de processo de independência”, pp. 102-11.

Resumo

O presente artigo possui como objetivo maior analisar algumas das principais representações elaboradas sobre o continente africano nas páginas das edições da revista *Veja*, que circularam entre os anos de 1991 e 2006. Apesar de partirmos do princípio de que as peças jornalísticas não explicam ou sintetizam todas as perspectivas mentais construídas acerca do continente e muito menos refletem os heterogêneos olhares lançados sobre os africanos e sobre suas realidades, observamos, em uma parte significativa das matérias, um movimento sincrônico entre as imagens reproduzidas na mídia contemporânea e os cenários mentais circulantes sobre a África. No entanto, apesar das impregnações de determinados sentidos, localizamos também a existência de um complexo e diferenciado conjunto de representações geradas sobre a África, visões discordantes do imaginário coletivo existente, que, de alguma forma, aponta para a existência de leituras mais equilibradas e fundamentadas sobre o assunto.

Palavras-chave: Representações – imaginário coletivo – História da África

Abstract

*This article has as main intention to establish a dialogue between representatives elaborated on the African continent in the pages of the magazine *Veja* and the collective imagination of the contemporary Brazilian Africa. Despite assume that the pieces reporters analyzed not explain, or synthesize dimensioned all perspectives mentally prepared on the continent and much less reflect the heterogeneous eyes launched on the African and about its realities, we observed a movement synchronic between the images reproduced in Media and mental scenarios circulating about Africa. On the departure locate a complex and differentiated set of representations and ideas generated on Africa, discordant views of existing collective imaginary, and that in any way points to the existence of more balanced and reasoned readings on the subject.*

Keywords: *Representations on Africa – Imaginary Collective – History of Africa*